

## SECRETÁRIOS DE ESTADOS DEFINEM AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2013

*Durante encontro em Belo Horizonte, Agenda Comum de Gestão Pública foi apresentada e aprovada por representantes de 20 estados brasileiros*



Gustavo Nogueira (Conseplan), Ana Lúcia Amorim (Mpog) e Eduardo Diogo (Consad) assinam Agenda Federativa

**B**elo Horizonte sediou o 88º Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração e o 52º Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento, eventos realizados no período de 5 a 7 de dezembro, no Hotel Ouro Minas. Na cerimônia de abertura do Fórum Consad & Conseplan, o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, pronunciou-se, oportunidade em que destacou a relevância dos temas da programação como pressupostos da prosperidade e do desenvolvimento do País.

A Agenda Comum de Gestão Pública União – Estados, que estabelece diretrizes e prioridades de investimentos para o fortalecimento da gestão pública, foi lançada no primeiro dia do encontro. O documento foi assinado pelo presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), Eduardo Diogo, pela secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ana Lúcia Amorim, e pelo presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento e Orçamento (Conseplan), Gustavo Nogueira.

PÁG. 3

**NIEMEYER É LEMBRADO  
NA ABERTURA DO  
FÓRUM**

PÁG. 4

**GESTORES PARTICIPAM  
DE MISSÕES DE  
COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**TENDÊNCIAS  
MODERNAS NA GESTÃO  
GOVERNAMENTAL**

PÁG. 6

**IMPLANTAÇÃO DAS  
PARCERIAS PÚBLICO-  
PRIVADAS EM MINAS GERAIS**

PÁG. 7

**ESTRUTURAÇÃO  
DA PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR**

## EDITORIAL

## AVEZ DA GESTÃO



Presidente do Consad, Eduardo Diogo

O ano termina com uma ótima notícia para o País: finalmente, depois de meses de discussão, a Agenda Comum de Gestão Pública União-Estados foi aprovada por todos os secretários de Administração/Gestão e Planejamento presentes no Fórum Consad & Conseplan, realizado em Belo Horizonte, em dezembro. Vinte estados da Federação participaram do encontro.

A Agenda estabelece diretrizes e prioridades de investimentos para o fortalecimento da gestão pública no Brasil. Importante dizer que a proposta foi elaborada com a participação de todos os estados brasileiros, ou seja, teve elevada representatividade. Trata-se do resultado de uma ação conjunta do Consad, do Conseplan, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e das secretarias estaduais de Administração e do Planejamento.

O documento, formado por dez eixos temáticos, norteará todas as ações do Consad a partir de agora, inclusive as das duas missões de cooperação internacional em 2013, que vão promover o intercâmbio de experiências entre secretários de Estado do Brasil e gestores públicos do Canadá, dos Estados Unidos e do Chile. Este é o momento de estimular a gestão pública e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população! E isso só será possível com a participação de todos!



Participantes do Fórum Consad &amp; Conseplan

Resultado de uma atuação conjunta – do Consad, do Conseplan, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e das secretarias estaduais de Administração e de Planejamento –, a Agenda, que possui 10 eixos temáticos, foi apresentada aos secretários na ocasião. Os temas foram divididos entre os representantes das secretarias estaduais, para que fossem analisados até o início do próximo ano.

Debates foram promovidos ao longo de 2012, para a definição dos eixos temáticos que deverão promover a melhoria e a inovação da gestão pública brasileira. Durante a sua fase de construção, o Consad definiu oito eixos temáticos, enquanto o Conseplan contribuiu com a indicação de dois. “Se o processo de construção dessa agenda já foi de grande valia, vamos agora em busca de resultados”, comentou, com entusiasmo, o presidente, Eduardo Diogo.

Para a conclusão do documento, o Ministério do Planejamento fez ajustes a fim de adequar os assuntos ao programa Governo Eficiente. “Não houve dispersão de esforços. Agora temos a chance de caminharmos no mesmo rumo e fortalecer as ações”, reforçou Ana Lúcia Amorim. A

Agenda Comum de Gestão será formalizada durante a jornada para Brasília, marcada para o período de 11 a 14 de março de 2013.

## TEMAS RELEVANTES

O Fórum Consad & Conseplan promoveu o debate de temas relacionados ao aperfeiçoamento da gestão pública e à troca de experiências. As atividades da programação começaram com a palestra inaugural – Os Estados e a Repartição Tributária Nacional –, ministrada pelo relator da Comissão de Notáveis e ex-secretário da Receita Federal do Brasil, Everardo Maciel.

A experiência mineira com a implantação e o gerenciamento de Parcerias Público-Privadas (PPP), apresentada pelo gerente-executivo da Unidade Central de PPP no estado, Marcos Siqueira Moraes, foi outro tema de destaque do Fórum. As questões sobre Previdência Complementar e Modernas Tendências na Gestão também mereceram discussão.

No último dia do encontro, representantes do Consad e do Conseplan participaram de reuniões distintas, para discutirem assuntos específicos das agendas de cada um dos conselhos. ■

# NIEMEYER É LEMBRADO NA ABERTURA DO FÓRUM

*Consad e Conseplan reúnem secretários em Belo Horizonte (MG), que prestam homenagem ao arquiteto durante solenidade*



sabe que não basta um bom discurso se não houver um lastro de bons resultados na gestão”, ressaltou o governador.

## GESTÃO EFICIENTE

Anfitriã do encontro, a secretária do Planejamento e Gestão de Minas Gerais e vice-presidente do Consad e Conseplan, Renata Vilhena, disse, na abertura do evento, que a gestão eficiente com foco nos resultados faz a diferença, para uma sociedade que vem cobrando cada vez mais. “Buscamos ferramentas para aperfeiçoar os serviços públicos e vencer esse desafio”, reforçou. Em sua avaliação, o grande desafio dos estados é criar alternativas para oferecer melhores serviços aos cidadãos, sem comprometer o equilíbrio fiscal, dando como exemplo o caso bem-sucedido das Parcerias Público-Privadas (PPP).

Na abertura do Fórum Consad & Conseplan, também discursou o secretário do Planejamento e Gestão da Paraíba e presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), Gustavo Nogueira, que comentou a importância da discussão dos temas da pauta na atual conjuntura brasileira. ■

A cerimônia de abertura do Fórum Consad & Conseplan, ocorrida no dia 6 de dezembro deste ano, na capital mineira, teve início com um minuto de silêncio dedicado pelos presentes em homenagem à memória do arquiteto carioca Oscar Niemeyer. A solenidade contou com a presença do governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, e dos secretários estaduais do Planejamento e da Administração de todo o País.

Em seu discurso, o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), Eduardo Diogo, lembrou os participantes sobre a enorme contribuição de Niemeyer à arquitetura brasileira e internacional. “Gostaria de destacar um pouco de humanismo no momento da perda desse grande brasileiro”, disse. Segundo ele, Oscar Niemeyer, mesmo sendo carioca, manteve um laço muito forte com Minas Gerais, principalmente quando o mineiro Juscelino Kubitschek foi Presidente da República.

O governador de Minas, Antonio Anastasia, manifestou sua satisfação de ver o tema “agenda federativa” incluído na pauta do encontro. “Falar em Federação

hoje no Brasil é algo triste. Nosso modelo é obsoleto. O Brasil não tem espírito federativo; somos centralizadores. Precisamos romper esse modelo”, defendeu o governador mineiro, enfatizando que o conceito moderno de federalismo baseia-se na solidariedade entre os entes.

Ex-secretário da Administração e Planejamento de Minas Gerais, Antonio Anastasia destacou ainda a dimensão que a sociedade brasileira começou a atribuir à gestão pública a partir da Constituição de 1988. “Qualquer gestor



# GESTORES PARTICIPAM DE MISSÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

*Segundo Banco Interamericano de Desenvolvimento, a troca de experiências deve incentivar a modernização da gestão brasileira*



Pedro Farias apresenta projeto de cooperação

A agenda das missões de cooperação internacional em 2013, por meio da qual os gestores poderão conhecer experiências internacionais de sucesso em diversas áreas, foi definida durante o Fórum Consad & Conseplan. Em fevereiro de 2013, membros do Consad, representando 14 estados brasileiros, visitarão os Estados Unidos e o Canadá. Em julho, uma comitiva formada por secretários do Planejamento de 13 unidades da Federação visitará o Chile.

Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto de cooperação internacional conta com o apoio do governo espanhol. A iniciativa tem como principal objetivo capacitar os gestores respon-

sáveis pela modernização da gestão pública no País.

O especialista principal do BID, Pedro Farias, ao comentar os temas que nortearão as viagens, destacou: “Queremos ter acesso a algumas experiências relevantes de inovações, que sejam particularmente significativas ao momento atual da gestão pública do Brasil”.

Durante as visitas aos Estados Unidos e ao Canadá, os gestores terão a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre temas distintos, como serviço civil; sistemas de apoio à gestão de prioridades; integração e modernização de serviços; entre outros.

No Chile, os gestores devem conhecer experiências nas áreas orçamento e gestão por resultados. 🇺🇸

## TENDÊNCIAS MODERNAS NA GESTÃO GOVERNAMENTAL

*Países da América Latina adotam iniciativas que promovem a inclusão social e melhorias da qualidade dos serviços*

No âmbito internacional, um conceito importante é o de governo aberto. Esse conceito não se refere apenas a uma total transparência da arrecadação pública; também implica a participação dos cidadãos na decisão pública e na regulação dos serviços prestados à sociedade. A declaração foi feita no Fórum Consad & Conseplan, em palestra sobre as modernas tendências na gestão governamental, dirigida pelo chefe da Divisão de Capacidade Institucional do Estado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Carlos Santiso.

Na ocasião, Carlos Santiso citou exemplos de inovação em gestão adotadas em países da América Latina e no Brasil, atividades que contaram com recursos do BID. Entre os projetos, destacou iniciativas que estimulam a formulação e implementação de políticas públicas, por meio do fortalecimento da coordenação governamental.

Com relação ao Brasil, o diretor apontou a necessidade de realizar a fiscalização dos serviços prestados à população. 🇺🇸



Representante do BID, Carlos Santiso

# REPARTIÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL: SOLUÇÃO PARA CRISE FEDERATIVA

*Mudanças na distribuição de recursos entre União, estados e municípios  
são propostas pelo relator da Comissão de Notáveis*



A União deve estabelecer uma coesão com os estados no que diz respeito à repartição tributária. Caso contrário, não haverá solução para a crise federativa: os governos estaduais continuarão em conflito. A opinião é do ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que participou do Fórum Consad & Conseplan. Segundo Maciel, desde a Constituição de 1988, os estados vêm perdendo força e importância, por conta da perda de receitas e do aumento de despesas.

Everardo Maciel faz parte de uma Comissão de Notáveis, criada, a pedido do presidente do Congresso Nacional, para rever a relação entre União, estados e municípios, resolver o problema da guerra fiscal, propor uma nova distribuição de recursos para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) e apresentar soluções para melhorar o sistema tributário nacional.

Durante o encontro, o ex-secretário da Receita apresentou a proposta de rateio do FPE. Segundo ele, devem ser mantidos, em termos reais, os valores distribuídos em 2012. A distribuição do excedente dos recursos também deve continuar proporcional à participação relativa da população de cada estado e inversamente proporcional ao PIB per capita, com ajustes. Para 2018, o modelo é a equalização da receita per capita.

A questão é tratada com urgência pelo governo, já que em 2010 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais os critérios atuais de distribuição dos recursos do Fundo. Caso o Congresso não aprove, até o final deste ano, novos métodos para a distribuição da verba, ela será suspensa.

## GUERRA FISCAL

Outra proposta prevista no documento dos notáveis trata da redução

gradual das alíquotas interestaduais, a ser concretizada no prazo de oito anos, visando à convergência para uma faixa uniforme de 4% e à eliminação das alíquotas de exportação. O ex-secretário da Receita Federal também debateu a necessidade de uma lei complementar que discipline a competição e estabeleça sanções de prática à guerra fiscal.

Ainda tratando da questão da guerra fiscal, o ex-secretário da Receita lembrou que muitas empresas privadas fizeram grandes investimentos no estado. "Agora, querer cobrar os impostos não recolhidos destas empresas é uma questão impossível", opina. Ele sugere, como saída para o problema, que se defina uma regra para a adoção de novas políticas de incentivos tributários, desde que não onerem ainda mais os estados. 🇺🇵

# PPP CONTRIBUI PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SOCIEDADE

*Conheça as experiências de sucesso em Minas Gerais sobre a implantação de Parcerias Público-Privadas*

**B**oas práticas em gestão e planejamento, colocadas em vigor pelos estados, foram apresentadas durante o Fórum Consad & Conseplan. Uma delas é a experiência de Minas Gerais na implantação e no gerenciamento de Parcerias Público-Privadas (PPP), apresentada pelo gerente-executivo da Unidade Central de PPP-MG, Marcos Siqueira Moraes.

A experiência mineira mostra como a associação entre uma unidade da Federação e a iniciativa privada pode resultar em uma boa prestação de serviços públicos à sociedade. De acordo com Siqueira, mais do que prover soluções para os problemas de infraestrutura do País, as PPP exercem o papel relevante de promover a modernização e o aumento da eficiência da gestão pública.

A Lei Estadual nº 14.868/2003, aprovada em Minas, foi o primeiro instrumento dessa natureza no Brasil. Em 2006, o governo de Minas licitou a PPP da MG-050, a primeira de Minas e do setor rodoviário no País.

O Brasil possui cerca de 24 contratos assinados de PPP, número ainda reduzido, que demonstra que esse modelo de gestão está apenas no seu início. Do total, quatro estão em funcionamento em Minas, e licitações para outros seis contratos estão em curso. Entre os projetos já implantados no Estado de Minas estão as PPP do complexo penitenciário, do Mineirão e de Unidades de Atendimento Integrado (UAI).

De acordo com Marcos Siqueira, para que esse tipo de iniciativa tenha sucesso, precisa atender às seguintes condições: que os contratos ofereçam flexibilidade de atuação para o setor privado, que o controle permaneça com o órgão público e que haja uma alocação adequada dos riscos do empreendimento, entre governo e iniciativa privada, conforme for o caso.



## CASOS DE SUCESSO

O gerente-executivo citou exemplos de PPP mineiras para ilustrar essas características. A flexibilidade da iniciativa privada fica evidente, por exemplo, na PPP do Complexo Penitenciário, que deve ser inaugurado até o fim do ano.

O projeto de engenharia, desenhado pelo parceiro privado, trouxe inovações, como celas maiores e sem grades nas janelas, o que implica dar maior satisfação aos detentos e, com isso, menores chances de fugas. Ademais, o projeto de engenharia foi de tal maneira concebido que um agente penitenciário é bastante para monitorar seis ou sete detentos. Atualmente, a proporção é de um agente para três presos.

Para exemplificar a necessidade de contratos que assegurem o controle governamental, Siqueira citou a PPP do Mineirão, cujo contrato permitirá ao governo de Minas gerenciar o tipo de atividade a ser realizada no estádio.

Quanto à transferência de riscos para o empreendedor, Siqueira citou

a experiência das Unidades de Atendimento Integrado (UAI), que consistem em grandes centros de prestação de serviços públicos, gerenciados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), cujos parceiros, da iniciativa privada, assumem o risco da construção do equipamento, da demanda e do gerenciamento da unidade.

No caso das UAI, já se verificou uma redução de cerca de 30% nos custos operacionais e um perceptível aumento no índice de satisfação por parte dos usuários. Atualmente, seis UAI funcionam em formato de Parceria Público-Privada. A iniciativa será ampliada para as demais unidades.

Para garantir bons resultados por meio das PPP, Marcos Siqueira destacou a necessidade de desenvolver capacidades dentro do governo. Nesse sentido, o governo de Minas trabalha com o planejamento, o controle e a coordenação dos projetos, e também com a difusão de procedimentos e a gestão do conhecimento. 🧩

# NOVA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR REDUZ GASTOS COM APOSENTADORIAS

*Palestrantes apresentam soluções encontradas pelo governo para atenuar as despesas do sistema previdenciário*



Presidente da Rioprevidência, Gustavo Barbosa

A evolução da taxa de sobrevivência da população brasileira está preocupando especialistas do Ministério da Previdência Social. Com efeito, ao viver mais, os brasileiros deverão receber os benefícios da Previdência por mais tempo, o que provocará um aumento significativo nos gastos com aposentadoria. Atualmente, esses gastos correspondem a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, índice superior ao de países europeus, como França, Bélgica e Reino Unido, de 3,7% do PIB, e ao dos Estados Unidos, de 2,1%.

Esses dados foram apresentados pelo diretor do Departamento de Políticas e Diretrizes da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Paulo César Santos, durante palestra sobre o tema, no Fórum Consad & Conseplan. As projeções demonstram a importância de estruturar regimes de Previdência Complementar no País.

“Vocês acham que a Previdência é um prêmio? É um direito que a pessoa tem”, observou. Santos destacou que, neste ano, o número de brasileiros com mais de 60 anos corresponde a 12% da população do País. Estima-se que, em 2050, 65 milhões de pessoas (30% da população) estarão em condições de receber benefícios da Previdência. Como consequência, os brasileiros deverão contribuir por mais tempo.

## DÉFICIT

Santos destacou que, em 2011, os regimes previdenciários próprios dos estados e do Distrito Federal apresentaram um déficit de R\$ 63 bilhões. “O que se arrecada dos servidores públicos não é suficiente para cobrir as despesas do sistema previdenciário brasileiro”, alertou. Diante do cenário, a União criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder

Executivo (*Funpresp-Exe*). A expectativa é que, com a Funpresp, os atuais problemas sejam atenuados, dando, assim, equilíbrio ao regime, em longo prazo.

Durante o fórum, o novo Fundo de Previdência Complementar do Rio de Janeiro (RJPREV) foi apresentado pelo diretor-presidente do Rioprevidência, Gustavo Barbosa. Na ocasião, ele destacou que o RJPREV começaria a vigorar em março de 2013. Com a sua adoção, espera-se que o Estado do Rio faça uma economia de R\$ 300 milhões.

“Com a implantação da previdência complementar, limita-se o teto do INSS”, ressaltou Barbosa. Isso significa que os novos servidores que quiserem perceber aposentadoria superior à do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) deverão contribuir para o RJPREV. O novo fundo representa uma conquista do governo fluminense. ■



Paulo Santos comenta o sistema previdenciário

# GOVERNO DO MARANHÃO INVESTE R\$ 1,6 BILHÃO EM PLANO DE CARREIRA

*Recursos asseguram melhorias no pagamento de salários e de aposentadorias, sem comprometer as finanças públicas*

O Governo do Estado do Maranhão está investindo R\$ 1,6 bilhão no novo Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores Públicos Estaduais (PGCE), o que beneficiará 88 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas. Foi o que revelou o secretário de Estado da Gestão e Previdência do Maranhão, Fábio Gondim, no Fórum Consad & Conseplan.

“O PGCE, um sonho dos funcionários, tem em sua essência assegurar ao servidor

salários mais justos, corrigir distorções salariais hoje existentes, resgatar o direito do servidor a uma aposentadoria digna, além de proporcionar ao estado a renovação do seu quadro de pessoal, com a realização de concursos públicos”, explicou.

Estudos foram realizados para diagnosticar a atual situação do quadro de pessoal do estado. O secretário de Gestão explicou que as categorias foram agrupadas, para a correção de distorções. 📊



Conselheiro Fábio Gondim durante palestra

# PRODEV PROPORCIONA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA

*Programa disponibiliza indicadores e estimula a cultura de gestão por resultados nos estados*

Mudar a cultura gerencial na administração pública. Esse é o foco principal do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão para Resultados (Prodev), que visa disponibilizar um sistema de indicadores de gestão e de desempenho para governos estaduais e Distrito Federal. Os resultados do levantamento que formará a base de dados do projeto foram apresentados pela diretora do Centro de Estudos em Políticas Públicas da Fundação João



Juliana Chiari durante evento

Pinheiro, Juliana Chiari, durante o Fórum Consad & Conseplan.

Idealizado pelo Consad e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Prodev deve contribuir para a análise da atuação governamental, por meio de indicadores referenciais de setores públicos selecionados. De posse dessas informações, cada estado brasileiro poderá avaliar e comparar seu desempenho com o das demais unidades da Federação. 📊

EXPEDIENTE

Edição: AP Comunicação  
Projeto gráfico e diagramação: DUO Design  
Coordenação: Mariana Pereira  
Jornalista Responsável: Juliana Dantas  
Revisão: Corina Barra // Fotos: Eduardo Nunes  
Impressão: Gráfica Alpha // Tiragem: 1.500

**CONSAD**  
Edifício Multiempresarial  
Endereço: SRTVS | quadra 701 | bloco O | entrada A | salas 128-130 | Cep: 70340-000 | Brasília - DF  
Telefax: (61) 3322.5520 |  
E-mail: consad@consad.org.br  
Site: www.consad.org.br

**PRESIDÊNCIA** – Eduardo Diogo – Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará • **VICE-PRESIDÊNCIA** – Stela Farias – Secretária de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul • Renata Vilhena – Secretária de Estado de Planejamento de Gestão de Minas Gerais • **JUNTA FISCAL** – Secretária de Estado de Gestão Administrativa do Acre, Flora Valadares Coelho • Secretário de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, Giuseppe Vecchi • Secretário de Estado da Gestão e Previdência do Maranhão, Fábio Gondim • Secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas, Alexandre Lages Cavalcante • Secretária de Estado da Administração do Amapá, Maria Luiza Pires Picanço • Secretária de Estado de Administração e Gestão do Amazonas, Lígia Abraham Fraxe Licatti • Secretário de Estado da Administração da Bahia, Manoel Vitorio da Silva Filho • Secretário de Estado da Administração Pública do Distrito Federal, Wilmar Lacerda • Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, Alcio Araújo • Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso, Cezar Roberto Zilio • Secretária de Estado da Administração de Mato

Grosso do Sul, Thie Higuchi Viegas dos Santos • Secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana Soares • Secretária de Estado da Administração da Paraíba, Liviana Maria da Silva Farias • Secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, Jorge Sebastião de Bem • Secretário de Estado da Administração de Pernambuco, Jose Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira • Secretário de Estado da Administração do Piauí, Paulo Ivan da Silva Santos • Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins • Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, Antônio Alber da Nóbrega • Secretário de Estado da Administração de Rondônia, Rui Vieira de Sousa • Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração de Roraima – Interina, Gerlane Baccarin • Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina, Milton Martini • Secretário de Estado de Gestão Pública de São Paulo, Davi Zaia • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Sergipe, José de Oliveira Júnior • Secretário de Estado da Administração de Tocantins, Lucio Mascarenhas Martins.